

## **Deflator do PIB, carga e obsolescência do ICMS**

■ Analisamos a evolução da carga de ICMS no RS à luz das discussões sobre o deflator do PIB e da obsolescência do imposto.

## **Atividade industrial gaúcha inicia o ano em ritmo lento**

■ A expectativa de aceleração deve se concretizar no caso de progressos efetivos na agenda de reformas.

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

**UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS**

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Deflator do PIB, carga e obsolescência do ICMS

Recentemente, calculamos a carga bruta de ICMS no RS, definida pela razão entre a arrecadação de ICMS total e o PIB do Estado, para o período 2002-2016. Duas coisas ficaram evidentes na análise: (1) O RS teve uma carga bem maior do que a média do Brasil; (2) a carga de ICMS do Estado pouco se alterou durante o período 2002-2016. Como sabemos que a arrecadação de ICMS cresceu mais do que o PIB durante o período (74% para o ICMS contra 28% para o PIB, em termos reais), o segundo ponto pode soar estranho. Mas, os números estão corretos.

Essa divergência pode ser causada pela forma como se expurga o efeito da inflação nas duas séries (deflacionamento). No caso do PIB, o IBGE divulga a variação em termos reais (sem efeito da inflação). A partir dela e do PIB a preços correntes, é possível calcular o deflator implícito do PIB, que embora não seja exatamente um índice de preços, pode ser considerada uma medida de inflação. No caso do ICMS, por outro lado, não existe uma fonte que forneça a variação real. Temos, portanto, que deflacionar os números e então calculá-la. Nós utilizamos o IPCA, a forma mais usual de se deflacionar números de arrecadação (a STN também faz isso). O problema é que durante esse período a inflação pelo deflator do PIB foi bem maior do que pelo IPCA (1,9 p.p. por ano, em média), daí essa diferença de crescimento real entre PIB e ICMS. No RS, a diferença entre as duas medidas é ainda maior (2,5 p.p em média).

O Brasil é um dos países do mundo com maior diferença entre a inflação ao consumidor e aquela medida pelo deflator do PIB, de forma que existe uma discussão acalorada sobre as razões que levam a isso. Por definição, não era para haver divergência. Na verdade, seria mais compreensível se ela fosse no sentido contrário (IPCA maior do que o deflator), basicamente porque o IPCA não permite substituição entre os itens da cesta de consumo enquanto o deflator do PIB sim. Por isso, se argumenta que o IBGE poderia estar subestimando o crescimento PIB, e o deflator implícito seria na realidade menor, ou subestimando o IPCA. Não se sabe o certo, mas talvez seja um pouco das duas coisas.

Outra razão que pode confundir a interpretação dos dados é o fato de que ocorreram diversas mudanças na legislação com o intuito de aumentar a arrecadação (substituição tributária, aumento de alíquotas etc), o que poderia ter elevado a carga tributária.

Por outro lado, existe quetsão da obsolescência natural do ICMS. Ele é um imposto que atinge principalmente as mercadorias em uma economia que é cada vez mais intensiva em serviços. Apesar do “S”, o tributo incide basicamente sobre Transportes (nem todos) e Telefonia, o que, na era da internet, é um gasto cada vez mais irrelevante. Dessa forma, é como se a arrecadação potencial do ICMS diminuísse a cada ano.

Não a toa, a parcela do ICMS no bolo tributário brasileiro tem se reduzido ano após ano (de 21,8% em 2002 foi para 20,4% em 2016).

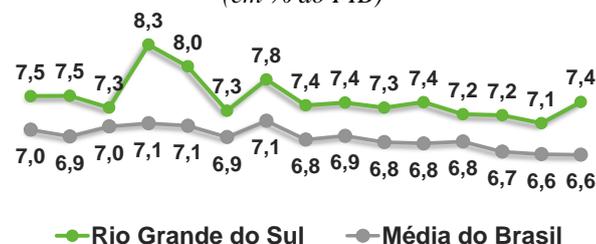
Essa discussão é fundamental para os rumos da Indústria. Tentativas de mitigar o impacto da obsolescência do ICMS sobre a arrecadação, como aumentos de alíquotas ou restrições à obtenção de créditos, são expedientes que oneram o setor secundário, aumentam a ineficiência na economia e não entregam aumento de receita suficiente. Nesse sentido, importa lembrar que a participação da Transformação no PIB Brasil em 2018 foi de 11,3%, a menor desde que a série trimestral do IBGE foi criada em 1996.

No caso do RS, ao medir a “carga de ICMS da indústria” pela razão entre o total arrecadado no setor secundário e o Valor da Transformação Industrial, nota-se um aumento de carga tributária sobre o setor. Os dois gráficos em conjunto parecem indicar que a carga de ICMS sobre a indústria do RS tem subido, mas sobre toda a economia não.

Em suma, o tema é complexo e o quebra-cabeça do deflator/IPCA dificulta ainda mais o entendimento. No entanto, é consenso que o ICMS é um imposto obsoleto, que precisa ser reformado já. A reforma ideal deve substituí-lo por um IVA (imposto sobre valor adicionado) abrangente, dando fim também a guerra fiscal. Os custos da legislação atual para a indústria são muito elevados, e um país que almeja crescimento mais robusto não deveria carregar esse fardo.

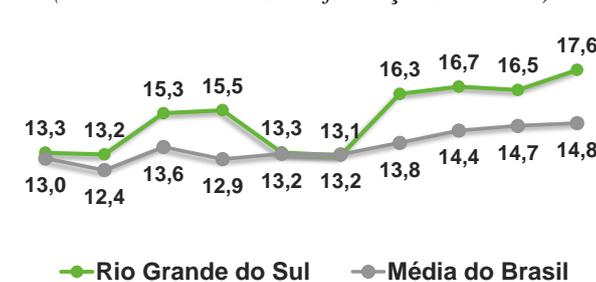
### Carga de ICMS

(em % do PIB)



### Carga de ICMS sobre a Indústria

(em % do Valor da Transformação Industrial)



Fonte: IBGE. CONFAZ. Fórmula para a Indústria: Arrecadação ICMS Secundário + Secundário e. elétrica + Secundário combustíveis / VTI. É importante mencionar que VTI é diferente de PIB.

## Atividade industrial gaúcha inicia o ano em ritmo lento

A expectativa de aceleração deve se concretizar no caso de progressos efetivos na agenda de reformas.

Depois de cair mais de 18,0% entre 2014 e 2016, na mais longa recessão de sua história, e recuperar apenas uma fração nos dois anos seguintes (0,4% em 2017 e 2,6% em 2018), a indústria gaúcha iniciou 2019 em ritmo lento. O Índice de Desemprego Industrial (IDI/RS) caiu 1,1% em janeiro frente a dezembro, descontados os efeitos sazonais. Na métrica de médias móveis trimestrais, o índice recuou 0,3% em janeiro.

A retração do IDI/RS em janeiro com ajuste sazonal foi determinada pela forte queda da massa salarial real (-11,6%), que devolveu a alta expressiva de dezembro. As horas trabalhadas na produção (-0,3%) também recuaram, enquanto o emprego (-0,1%) ficou estável. Mas há boas notícias. Os componentes mais associados à produção avançaram, principalmente o faturamento real (+9,2%), que se recuperou após dois meses seguidos de retração, juntamente com as compras industriais (+1,1%) e a utilização da capacidade instalada-UCI (+0,9 p.p.).

A análise da atividade industrial em períodos mais longos mostra resultados semelhantes. Ante o mesmo mês do ano anterior, o IDI/RS cresceu 1,2% em janeiro, desacelerando a taxa acumulada em 12 meses de 2,6% em novembro para 2,3% em janeiro. Vale lembrar que 2018 iniciou com uma alta de 5,1%.

Entre os seis indicadores que integram o IDI/RS, o maior impacto positivo para o resultado anual veio do faturamento real: +5,0% sobre janeiro do ano passado. A UCI (+3,5 p.p.) e o emprego (+0,3%) também deram contribuições positivas. Já as horas trabalhadas na produção (-1,6%), a massa salarial real (-4,1%) e as compras industriais (-1,0%) iniciaram o ano em queda.

No início de 2019, 10 dos 17 setores pesquisados cresceram ante janeiro do ano passado. Os setores de Veículos automotores (+7,5%) Tabaco (+21,9%) sustentaram o desempenho positivo global, negativamente afetado por segmentos importantes na estrutura industrial gaúcha, como Alimentos (-2,8%), Couros e calçados (-6,5%) e Produtos de metal (-3,6%).

Os Indicadores Industriais do RS mostram que parte do cenário dominante após a greve dos caminhoneiros segue presente no início de 2019. A partir do segundo semestre do ano passado, o processo de recuperação cíclica da atividade industrial gaúcha, que até então era muito lenta e gradual, foi pouco a pouco dando lugar a uma estagnação diante da enorme incerteza política, da fraqueza da demanda doméstica e da crise da Argentina. A incerteza política acabou, mas os demais fatores seguem presentes juntamente com a insegurança relativa às reformas, postergando investimentos.

Nesse sentido, os sinais de aceleração da atividade industrial no estado em janeiro de 2019 seguem restritos ao campo das expectativas (espera-se uma alta de 3,9% nesse ano) e deve se concretizar caso haja progressos efetivos na agenda de reformas e ajustes fiscais.

### Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul

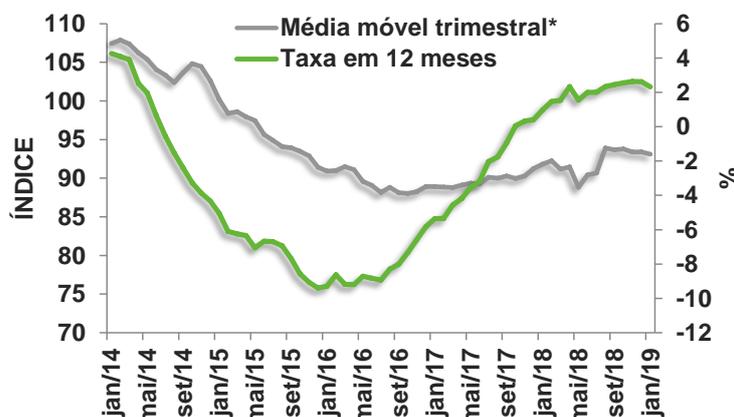
(Variações em % – janeiro de 2019)

	Variação %		
	Mês*	Mês ano anterior	Ac. ano
Índice de desempenho industrial	-1,1	1,2	1,2
Faturamento real	9,2	5,0	5,0
Horas Trabalhadas na produção	-0,3	-1,6	-1,6
Emprego	-0,1	0,3	0,3
Massa salarial real	-11,6	-4,1	-4,1
UCI (em p.p.)	0,9	3,5	3,5
Compras Industriais	1,1	-1,0	-1,0

\* Dessazonalizado

### Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS)

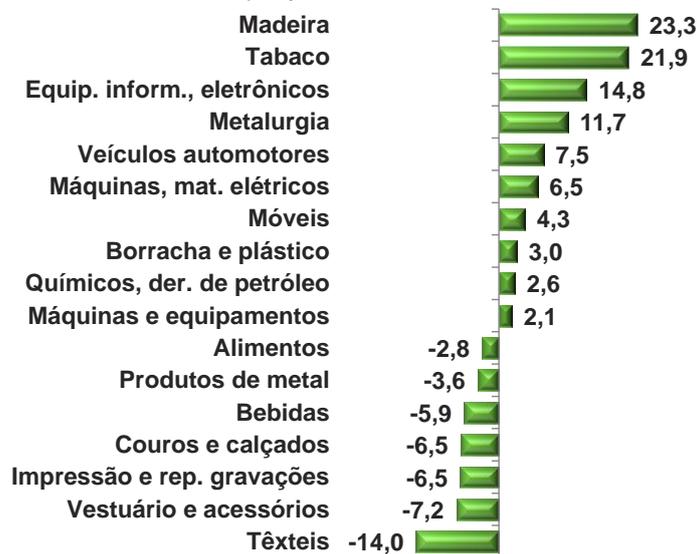
(Média móvel trimestral e variação % em 12 meses)



\* Série dessazonalizada

### Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS – Setorial

(Variação janeiro 2019/18 – %)



Fonte: UEE/FIERGS.